

Audição Regimental

26 março, 2019

Exma. Sra. Presidente da Comissão Parlamentar de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto,

Exmas. Sras. e Srs. Deputados,

Este Governo tem procurado reforçar os equipamentos culturais de referência, mas também preparar, em diálogo com o setor, as estratégias de antecipação e adaptação às transformações futuras. Reverter o passado herdado do anterior governo, organizar o presente e ter uma visão de futuro, eis o que nos propusemos fazer e aquilo que já alcançámos nesta legislatura para a área da Cultura.

Em quatro orçamentos, o orçamento para a Cultura cresceu 38%. A Cultura foi a área que mais cresceu ao longo da legislatura. Só para 2019 conseguimos um reforço de 13%, em sentido inverso, aliás, ao desinvestimento que pautou a política do anterior governo, que cortou 35% no orçamento para a Cultura.

A nossa política pública de cultura assenta em objetivos claros: integração, sustentabilidade e inovação. Porque só assim conseguimos o essencial: uma cultura que chega a todas as pessoas.

Num sentido inverso ao das reformas executadas pelo anterior governo na área da cultura e do património, que incapacitaram a implementação de uma política cultural estruturada, procurámos responder à justa reivindicação do setor: Maior Autonomia e uma estratégia para o futuro.

Foi aprovado em Conselho de Ministros, no dia 21 de março, o Decreto-Lei que estabelece o regime jurídico de autonomia de gestão dos museus, monumentos e palácios, que passam, assim, a constituir-se como unidades orgânicas com identidade fiscal própria e encabeçadas por um diretor com poderes reforçados.

A autonomia destas estruturas concretiza-se, ainda, num plano plurianual de gestão, que contém o plano estratégico, de atividades e a programação a executar. Este plano garante também a delegação de poderes para a realização de despesas até ao limite máximo previsto na lei (99 mil).

Com especial relevo no domínio financeiro destes equipamentos e para a realização de despesas de pequeno montante, os museus, monumentos e palácios passam a dispor de um fundo de maneiio, instrumento do maior relevo para a gestão corrente e através do qual se procura encontrar uma

solução para alguns dos problemas suscitados pela extinção e concentração de setores fundamentais do património cultural.

Este diploma veio ainda criar o “Museu Tesouro Real” e o "Museu Nacional da Resistência e da Liberdade", cumprindo, com este último, um imperativo de salvaguarda do património histórico e da preservação de um lugar único de memória da resistência e da luta pelos valores da liberdade.

Por outro lado, complementando e alargando o alcance deste diploma, constituímos, através de Resolução do Conselho de Ministros, um grupo de projeto para os «Museus no Futuro», que tem por missão identificar, conceber e propor medidas que contribuam para a sustentabilidade, a acessibilidade, a inovação e a relevância dos museus.

Esta iniciativa é, por sua vez, paralela à criação do Conselho Geral dos Museus, Monumentos e Palácios, um órgão de natureza consultiva sobre as grandes linhas de orientação estratégica na área museológica e patrimonial no âmbito do regime de autonomia de gestão, que reuniu um amplo consenso junto das estruturas representativas da área museológica e patrimonial.

Permitam-me também uma breve referência ao decreto-lei que permitiu certificar os Caminhos de Santiago, símbolo do património cultural europeu e do encontro de culturas. Reconhecendo este aspeto central e a crescente importância dos caminhos portugueses, criámos também um órgão de coordenação nacional.

Com o objetivo de envolver a comunidade educativa no acesso à cultura, potenciando e estimulando, em todas as fases do ensino obrigatório, o pensamento crítico, o conhecimento e a aproximação às artes, criámos a comissão de execução do Plano Nacional das Artes, para o horizonte temporal 2019-2029. Esta estrutura tem por missão a elaboração e acompanhamento, organizando, promovendo e executando, de forma articulada, a oferta cultural para a comunidade educativa, num trabalho de necessária parceria com entidades públicas e privadas.

Ainda no mês passado, e mais de mais de 40 anos depois das primeiras promessas para a constituição de um Arquivo Sonoro Nacional, este Governo criou a equipa que até 15 de abril apresentará um plano estratégico.

Esta iniciativa permitirá dotar o país de uma infraestrutura com as condições tecnológicas adequadas à preservação, estudo e divulgação pública do património fonográfico português, marca fundamental da nossa identidade e diversidade cultural.

Senhoras e Senhores deputados,

Anunciámos ontem que, pela primeira vez, os concursos bienais promovidos pela DGArtes, para o biénio 2020/21, abrirão em março, já na quinta-feira, num montante total de 18,6 milhões de euros, mais dois milhões de euros, o que representa um acréscimo de 12% face ao último montante a concurso.

Para além do significativo reforço no investimento, a antecipação do calendário em vários meses permitirá que as decisões finais dos júris sejam conhecidas em setembro, possibilitando às entidades prepararem atempadamente e num quadro de maior estabilidade a atividade para os dois anos seguintes.

Quero, de igual forma, realçar que estes concursos foram objeto de diversas medidas de antecipação e simplificação de procedimentos inerentes ao regime de atribuição de apoios financeiros do Estado, através da Direção-Geral das Artes.

Num mesmo sentido, as entidades beneficiam, também, de um alargamento do prazo de apresentação de candidaturas que, no caso de programas de apoio sustentado, passa a ser de 30 dias úteis, o que não prejudica o calendário dos concursos e a respetiva atribuição dos apoios.

Quanto às medidas de simplificação, optou-se, sempre que possível, pela redução do peso da informação a apresentar pelos candidatos. A título de exemplo, apenas será necessário apresentar o plano de atividades e orçamento detalhado para o primeiro ano de atividade, sendo para os anos seguintes exigida uma síntese. Assegura-se, ainda assim, o controlo e rigor na atribuição de apoios, devendo as entidades preencher anualmente de forma detalhada o plano de atividades respeitantes aos restantes anos apoiados, sendo também acompanhadas de devida avaliação e monitorização.

As mudanças introduzidas representam o resultado do empenho do Governo no acompanhamento da diversidade de propostas artísticas, na singularidade dos agentes e na diversificação da oferta cultural no território nacional. Sublinham, ainda, uma preocupação na aproximação das políticas públicas para as artes aos principais agentes na sua execução, procurando corresponder não apenas às expectativas destes, mas assegurando a sustentabilidade do setor, a dinamização das artes, o combate à precariedade desta área e a diversificação da oferta cultural aos cidadãos.

Também na área do Cinema, nesta legislatura, conseguimos um reforço do investimento, ultrapassando os 20 milhões de euros em 2019 (20.6M€ por oposição a 18,9M€ em 2018). O Plano anual de prioridades foi divulgado e os concursos estão a decorrer desde 21 de fevereiro.

Ainda neste âmbito, destaco o Fundo do Turismo, Cinema e Audiovisual: Até ao momento foram apresentadas 28 candidaturas ao incentivo à captação de filmagens em Portugal, das quais 22 foram aprovadas, totalizando um investimento global de mais de 32 milhões de euros.

Trata-se de um dos incentivos mais competitivos da Europa, uma vez que define um prazo máximo de 20 dias úteis para a apreciação dos pedidos e permite um reembolso de até 30% das despesas em projetos de elevado impacto económico e/ou cultural.

Esta exposição que acabaram de ouvir é elucidativa do enorme trabalho que temos desenvolvido ao longo destes cinco meses, resolvendo, nomeadamente, problemas que se prolongavam há anos. Isto só foi possível acontecer porque assumimos uma estratégia clara para a Cultura, centrada no reforço do investimento. Devolvemos a Cultura a um lugar central nas decisões políticas, em áreas que ultrapassam em grande escala a nossa área governativa.

Pediram-nos soluções para problemas antigos. Não só as encontramos, como começámos a construir o futuro. Hoje, na Cultura, podemos dizer que há futuro.

Graça Fonseca